

Congresso quer emendar ^{nacional}

Tudo indica que o Congresso Nacional, marginalizado na concepção do Plano Verão, lançado domingo pelo Governo, se recusará a simplesmente homologar o novo programa econômico, numa resistência, contra o que o líder do PMDB no Senado considera uma armadilha. É que o programa foi lançado através de medidas provisórias, previstas no texto do artigo 62 da nova Constituição, entendendo o Governo que não cabe ao Legislativo efetuar qualquer alteração, podendo apenas aprovar ou rejeitar.

Esse não é o entendimento do veterano senador Nelson Carneiro, candidato a presidente da Casa, e do líder do PMDB. "Quem pode mais, pode menos", sentença o senador Ronan Tito, para defender a tese de que as medidas provisórias poderão ser emendadas pelos congressistas, uma vez que o texto do dispositivo não veta tal prerrogativa ao Legislativo.

As lideranças governistas na Câmara e no Senado se recusam a aceitar qualquer negociação, sustentando que o conjunto de medidas baixadas constitui política econômica coerente que não pode ser alterada, sob pena de comprometer sua eficácia. As medidas estariam de tal modo amarradas umas com as outras que qualquer supressão mutilaria o seu sentido, comprometendo de forma irreparável o objetivo, qual seja, o de combater a inflação através de rigida política de austeridade. O Congresso aceita a idéia de que é preciso combater a inflação, mas certamente contestará as de-

cisões adotadas pelas autoridades econômicas depois de uma ampla audiência a especialistas em Economia. O Governo entende que esta é a alternativa, entregando ao Congresso a responsabilidade por qualquer decisão.

Em ano de eleição presidencial fica difícil para o Governo obter o apoio do Congresso para medidas que poderão ter eficácia no combate à inflação, mas, por certo, provocarão impopularidade. A maioria dos congressistas provavelmente reagirá à extinção da URP no reajuste dos salários, assim como não deverá homologar qualquer decisão que importe na extinção de órgãos públicos e, portanto, em desemprego.

O Governo acredita que a opinião pública ficará de seu lado no esforço que empreende para cortar despesas, enxugar a máquina do Estado, se preciso com dispensa de funcionários, para reduzir, de forma drástica, a inflação. No caso, os líderes governistas no Congresso sustentam que o Congresso assumirá pesada responsabilidade perante a Nação, se decidir rejeitar as medidas consideradas adequadas para superar a crise.

O senador Ronan Tito sustenta que o artigo 62 da nova Constituição prevê a adoção de medidas provisórias sem proibir ao Congresso alterações em seu contexto. Uma vez que não é proibido pela Constituição o exercício da prerrogativa de emendar as medidas provisórias, caberá ao Congresso promover a alteração que julgar oportuna, segundo Ronan Tito.